

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.127.870.456
Preferenciais	0
Total	6.127.870.456
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	19.679.341	15.542.550
1.01	Ativo Circulante	695.870	320.704
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	293.377	105.243
1.01.03	Contas a Receber	191.677	96.774
1.01.03.01	Clientes	191.677	96.774
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	191.677	96.774
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.965	10.061
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.965	10.061
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.965	10.061
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.871	26.780
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	162.980	81.846
1.01.08.03	Outros	162.980	81.846
1.01.08.03.01	Dispendios reembolsáveis	155.640	77.716
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	7.340	4.130
1.02	Ativo Não Circulante	18.983.471	15.221.846
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	972.149	495.152
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.956	10.209
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.956	10.209
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	54.453	72.958
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	908.740	411.985
1.02.01.09.03	Depósitos em garantia	157.637	76.974
1.02.01.09.04	Impostos de renda e contribuição social a recuperar	23.407	34.686
1.02.01.09.05	Tributos compensáveis	3.426	11.311
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	25.956	20.767
1.02.01.09.07	Dispêndios reembolsáveis	698.314	268.247
1.02.03	Imobilizado	17.808.352	14.527.352
1.02.04	Intangível	202.970	199.342

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	19.679.341	15.542.550
2.01	Passivo Circulante	900.365	707.995
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.846	6.837
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.846	6.837
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	5.741	5.246
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	2.105	1.591
2.01.02	Fornecedores	309.510	313.049
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.917	10.906
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.917	10.906
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	16.917	10.906
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	234.785	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	234.571	0
2.01.04.02	Debêntures	214	0
2.01.05	Outras Obrigações	238.417	153.139
2.01.05.02	Outros	238.417	153.139
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	78.704	0
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	117.914	122.948
2.01.05.02.06	Credores diversos	11.281	10.890
2.01.05.02.07	Concessões a pagar	16.416	15.524
2.01.05.02.08	Encargos regulamentares e setoriais	14.102	3.777
2.01.06	Provisões	92.890	224.064
2.01.06.02	Outras Provisões	92.890	224.064
2.01.06.02.04	Provisões socioambientais	92.890	224.064
2.02	Passivo Não Circulante	12.909.943	9.767.549
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.658.419	9.045.870
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.478.211	8.256.823
2.02.01.02	Debêntures	2.180.208	789.047
2.02.02	Outras Obrigações	373.218	532.699
2.02.02.02	Outros	373.218	532.699
2.02.02.02.03	Cauções em garantia	169.331	214.580
2.02.02.02.04	Adiantamento em clientes	0	117.914
2.02.02.02.05	Concessões a pagar	198.704	189.839
2.02.02.02.06	Fornecedores	5.183	10.366
2.02.04	Provisões	878.306	188.980
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.697	8.037
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	8.697	8.037
2.02.04.02	Outras Provisões	869.609	180.943
2.02.04.02.04	Provisões socioambientais	365.904	180.943
2.02.04.02.05	Outras provisões	503.705	0
2.03	Patrimônio Líquido	5.869.033	5.067.006
2.03.01	Capital Social Realizado	5.927.870	5.112.870
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-58.837	-45.864

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.300.585	342.261
3.01.01	Receita líquida de venda de energia	1.482.419	487.777
3.01.02	Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação	-181.834	-145.516
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-920.852	-243.729
3.02.01	Custo com venda de energia elétrica	-1.350.355	-535.542
3.02.02	Custo de Operação	-286.681	-74.586
3.02.03	Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação	108.612	23.384
3.02.04	Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação	607.572	343.015
3.03	Resultado Bruto	379.733	98.532
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-99.881	-64.387
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-100.578	-64.453
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	697	66
3.04.05.01	Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação	697	66
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	279.852	34.145
3.06	Resultado Financeiro	-291.572	-62.041
3.06.01	Receitas Financeiras	17.047	32.025
3.06.02	Despesas Financeiras	-308.619	-94.066
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.720	-27.896
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.253	1.975
3.08.02	Diferido	-1.253	1.975
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.973	-25.921
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.973	-25.921
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,36	-5,48
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,36	-5,48

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.973	-25.921
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-7.032
4.02.01	Hedge de fluxo de caixa bruto	0	-10.655
4.02.02	Imposto de renda diferido	0	2.664
4.02.03	Contribuição Social diferida	0	959
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.973	-32.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-234.855	-161.229
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-51.101	-23.046
6.01.01.01	Pagamento de juros ao FNO	-24.124	-23.046
6.01.01.02	Pagamento de juros de debêntures	-26.977	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-167.512	-11.771
6.01.02.01	Devedores Diversos	-8.412	14.027
6.01.02.02	Consumidores e concessionárias	96.774	0
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	15.414	23.536
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.375	-2.534
6.01.02.05	Tributos compensáveis	7.885	-7.485
6.01.02.06	Depósitos em garantia	-80.663	-73.378
6.01.02.07	Dispêndios reembolsáveis	30.688	-48.243
6.01.02.08	Provisões socioambientais	-115.636	-154.349
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	-122.948	240.862
6.01.02.10	Imposto e contribuições sociais	6.011	-4.207
6.01.03	Outros	-16.242	-126.412
6.01.03.01	Prejuízo do exercício antes do IR e da CS	-11.720	-27.896
6.01.03.02	Juros e variações monetárias, líquidas	295.254	88.563
6.01.03.03	Fornecimento e suprimento de energia elétrica	-191.677	-96.774
6.01.03.04	Energia elétrica comprada para revenda	138.183	80.099
6.01.03.05	Encargos regulamentares e setoriais	65.556	27.197
6.01.03.06	Depreciação e amortizações	223.210	37.351
6.01.03.07	Resultado líquido do cronograma de antecipação	-535.048	-220.949
6.01.03.08	Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	0	-14.003
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.408.593	-2.346.983
6.02.01	Adições ao imobilizado	-2.381.116	-2.331.897
6.02.02	Pagamento de uso do bem público	-16.118	-11.542
6.02.03	Adições ao intangível	-11.359	-3.544
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.831.582	2.163.678
6.03.01	Aumento do capital do acionista	815.000	1.388.230
6.03.02	Debêntures	1.228.903	770.448
6.03.03	Obtenção de empréstimos	787.679	5.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	188.134	-344.534
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	105.243	449.777
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	293.377	105.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	815.000	0	0	0	0	815.000
5.06.04	Total de contribuição de acionistas	815.000	0	0	0	0	815.000
5.07	Saldos Finais	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.724.640	0	0	-19.943	7.032	3.711.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.724.640	0	0	-19.943	7.032	3.711.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.921	-7.032	-32.953
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-25.921	-7.032	-32.953
5.05.02.06	Hedge do fluxo de caixa	0	0	0	0	-7.032	-7.032
5.05.02.07	Prejuízo do exercício	0	0	0	-25.921	0	-25.921
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.388.230	0	0	0	0	1.388.230
5.06.04	Total de contribuição de acionistas	1.388.230	0	0	0	0	1.388.230
5.07	Saldos Finais	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	5.273.912	3.839.522
7.01.02	Outras Receitas	1.766.075	587.018
7.01.02.01	Receitas operacionais	1.766.075	587.018
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.507.837	3.252.504
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.923.710	-2.929.634
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.415.079	-3.101.044
7.02.04	Outros	491.369	171.410
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.350.202	909.888
7.04	Retenções	-223.210	-37.351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-223.210	-37.351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.126.992	872.537
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	49.532	124.618
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.176.524	997.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.176.524	997.155
7.08.01	Pessoal	46.751	34.985
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.845	31.130
7.08.01.02	Benefícios	6.074	2.570
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.832	1.285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	182.193	50.089
7.08.02.01	Federais	47.434	1.592
7.08.02.02	Estaduais	134.728	48.491
7.08.02.03	Municipais	31	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	960.553	938.002
7.08.03.01	Juros	956.055	933.783
7.08.03.02	Aluguéis	4.498	4.219
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.973	-25.921
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.973	-25.921

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nós da SAE estamos muito satisfeitos com os resultados apresentados em 2013, um ano de crescimento em um cenário bastante desafiador. Obtivemos sucesso na expansão dos nossos negócios como o avanço da operação comercial da Usina Hidrelétrica Santo Antônio ("UHE Santo Antônio") e a ampliação para 50 unidades geradoras no projeto básico. Encerramos o ano com 16 turbinas em operação, totalizando 1.139 MW de capacidade instalada (aumento de 81,7%) e praticamente triplicando o volume vendido, que foi de 12.593 GWh.

O aumento no volume de venda de energia resultou em crescimento da receita em R\$ 958 milhões (ou 280%), alcançando R\$ 1.301 milhões em 2013. Esse resultado alcançado foi diretamente influenciado pela entrada em operação de 7 novas turbinas ao longo de 2013.

Outro fator de destaque é que a SAE já comercializou 91% do volume de energia assegurada, por meio da celebração de contratos nos ambientes regulado e livre, sendo que deste volume 30% já estão vendidos até 2027 e os 70% restantes até o final do prazo da concessão da UHE Santo Antônio, o que nos dá segurança e previsibilidade da nossa receita nos próximos anos.

Como anteriormente mencionado, o ano de 2013 também foi marcado pela aprovação do Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio pela ANEEL, passando de 44 unidades geradoras para 50. As novas 6 unidades geradoras trarão um incremento de 206,2 MW médios na garantia física da usina.

Reforçando nosso compromisso com a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região onde atuamos, apenas na área socioambiental, investimos aproximadamente R\$ 1,4 bilhão até 31 de dezembro de 2013. Além disso, fomos a primeira grande usina hidrelétrica na Amazônia, em operação, a gerar crédito de carbono para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), reafirmando nosso compromisso de implantar, de forma sustentável, uma usina de grande porte em plena Amazônia.

Neste ano desafiador só temos que agradecer a confiança e o suporte reiterados pelos nossos colaboradores, clientes, acionistas e fornecedores, que contribuíram para a melhoria da produtividade, rentabilidade e maior criação de valor para os acionistas e geração de riqueza para a sociedade.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da UHE Santo Antônio, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica.

A construção da UHE Santo Antônio, com a implantação de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água – teve seu início no segundo semestre de 2008.

Em 31 de dezembro de 2013, a UHE Santo Antônio possuía 16 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 1.139,8 MW médios de garantia física e 4 unidades geradoras em operação em teste, do total de 50 que serão instaladas até novembro de 2016, totalizando, então, 3.568 MW de capacidade.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2013 novamente apresentou um cenário de instabilidade para a economia mundial, seguindo a tendência dos últimos anos, iniciada com a crise econômica de 2008.

No Brasil, o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que é o principal índice de inflação e que serve de base para a meta de inflação estabelecida pelo Ministério da Fazenda, fechou o ano em 5,91%, acima do centro da meta de 4,50% projetado pelo governo. Diante deste cenário, a taxa básica de juros (SELIC), que iniciou o ano em 7,25%, atingiu 10,00% em dezembro de 2013.

Em contrapartida, a economia brasileira encerrou o ano com crescimento do PIB estimado em 2,3%, versus 1,0% registrado em 2012, elevando seu ritmo de crescimento. A taxa de desemprego, que caiu para o menor nível histórico em 2013, contribuiu também para o crescimento do PIB, além de elevar o custo de mão-de-obra no país.

Em 2014, a retomada da atividade econômica tende a se intensificar com o atual programa de concessões públicas na área de infraestrutura e em função dos eventos esportivos que serão sediados no país neste ano e em 2016.

SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

A Companhia pleiteou junto à ANEEL projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em 6 unidades geradoras para obter o aproveitamento ótimo de geração do Rio Madeira e para o Sistema Interligado Nacional (SIN), aumentando sua capacidade instalada em 418 MW, de 3.150 MW para 3.568 MW, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho nº 2.075, de 25 de junho de 2013, completo do despacho nº 4.181 de 10 de dezembro de 2013.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia ao final de 2013 tinha 370 colaboradores, dos quais 79% estavam localizados em Porto Velho. Outra característica importante é o perfil educacional do seu quadro de colaboradores: 40% têm ensino superior completo e 6% estão cursando, 37% são técnicos ou tecnólogos e 17% possuem ensino médio.

A companhia mantém programas de treinamentos para todos os níveis hierárquicos da companhia, sendo que o investimento realizado em 2013 foi de R\$ 600 mil.

INVESTIMENTOS

Os investimentos nos anos de 2011, 2012 e 2013 se destinaram à construção e implantação da UHE Santo Antônio. A distribuição dos investimentos por período está demonstrada abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Período	2011	2012	2013
Investimento (R\$ mil)	4.432.097	3.017.339	3.281.000

A Companhia obteve aprovação da ANEEL (despacho 2.075/2013) para expandir sua capacidade instalada em 418 MW (garantia física de 206,2 MW médios), que corresponde à instalação de 6 unidades geradoras adicionais. O investimento total previsto desta expansão é de aproximadamente R\$ 1.790 milhões.

Até a conclusão da construção da UHE Santo Antônio, a Companhia planeja investir aproximadamente R\$ 4 bilhões, dando continuidade na construção da usina no seu escopo original e na expansão da capacidade instalada.

Os investimentos serão financiados por capital próprio, pela liberação de recursos dos financiamentos já contratados na modalidade *project finance* e pelos recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures de infraestrutura, a ser realizada pela Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A UHE Santo Antônio foi estruturada para produzir energia elétrica e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Por isso, tão importante quanto as suas características técnicas, é o relacionamento que mantém com a comunidade local e que se materializou sob a forma de programas específicos para compensação e mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais.

A política ambiental da Companhia está inserida na Política Integrada de Gestão, onde a Companhia identifica e gerencia os riscos do negócio e seus impactos ao meio ambiente, sociedade, à saúde e segurança dos profissionais e à qualidade de seus produtos e serviços.

No total, a Companhia está investindo aproximadamente R\$ 2 bilhões em sustentabilidade, alocados em Compensação Social, Compensação Ambiental, e nos 28 programas que constam do Projeto Básico Ambiental (PBA), inclusive o Programa de Remanejamento da População Atingida.

Os objetivos destes programas são de potencializar os efeitos positivos da usina e reduzir, caso não seja possível neutralizar, o impacto negativo. Os programas são divididos em três modalidades: socioeconômico cultural (para a comunidade); físico (solo, clima, lençol freático e sedimentos); e biótico (flora e fauna aquática e terrestre, qualidade da água, supressão da vegetação e resgate da fauna). O cronograma de implantação foi estabelecido pelo IBAMA em comum acordo com os governos estadual e municipal.

Compensações Sociais – é um conjunto de ações promovidas pela Companhia destinadas a mitigar impactos regionais à sociedade, infraestrutura e serviços públicos afetados pela instalação do empreendimento. Neste escopo, foram firmados Protocolos de Intenções com a Prefeitura Municipal de Porto Velho e com o Governo do Estado de Rondônia para aplicação das verbas na construção de escolas, hospitais, qualificação de servidores, entre outros.

Compensações Ambientais – a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção). Foi criada uma nova forma de indenização (de caráter prévio) pela geração de impactos ambientais negativos não mitigáveis: a compensação ambiental (prevista no seu artigo 36). Tal compensação tem teto variado, chegando até cerca de 1,5%, a critério dos órgãos de fiscalização e controle estaduais, e somente passou a ser cobrado a partir de 2009, com fundamento nas disposições do Decreto nº 6848/2009.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Responsabilidade Ambiental – a legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais.

Adesão a Padrões Internacionais de Sustentabilidade – abaixo algumas iniciativas ambientais adotadas pela Companhia:

- a. Princípios do Equador: são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo internacional de bancos, juntamente com o International Finance Corporation (“IFC”), subsidiária do Banco Mundial, por meio dos quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito aos empreendimentos possivelmente lesivos ao ambiente. Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco do crédito.
- b. Emissão de Créditos de Carbono (ONU): A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de $8,88\text{W/m}^2$, que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4W/m^2), graças ao uso da turbina bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio, dispensando a formação de um grande reservatório. A Companhia obteve a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas (“ONU”) para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”).

Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitida na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

- c. Hydropower Sustainability Assessment Protocol: a Companhia iniciou em dezembro de 2013 o processo de avaliação no *Hydropower Sustainability Assessment Protocol* (“Protocolo”), uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade usada para medir e orientar o desempenho no setor de energia hidrelétrica. A perspectiva é que o processo de avaliação do empreendimento da UHE Santo Antônio ocorra no início de 2014.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Estatuto Social da SAE, o Conselho de Administração é composto de no mínimo 5 e no máximo 13 membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição. Ao determinar, dentro do limite aqui estabelecido, o número de membros do Conselho de Administração a ser eleito, os acionistas, reunidos em Assembleia Geral da Companhia, deverão sempre fazê-lo em número ímpar (5, 7, 9, 11 ou 13), jamais elegendo um número par de conselheiros.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 45 dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros em exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal da Companhia não funciona em caráter permanente e, quando instalado, terá entre 3 e 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição.

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO

Número de Turbinas e Volume Vendido

A SAE terminou o ano de 2013 com 1.139 MW de capacidade instalada, contando com 16 turbinas em operação, frente a 626 MW de capacidade instalada e 9 turbinas em operação em 2012. O volume vendido passou de 4.267 GWh em 2012 para 12.593 GWh em 2013.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional da UHE Santo Antônio é composta por meio da comercialização de energia elétrica, nos ambientes regulado e livre. No ano de 2013, a receita operacional líquida da Companhia alcançou de R\$ 1.301 milhões e no ano de 2012, R\$ 342 milhões, que demonstra um incremento de 280%, principalmente em razão do aumento do volume vendido.

A Companhia já comercializou 91% do volume de energia assegurada, por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume acima referido, 30% foram vendidos até 2027 e os 70% restantes, até o final do prazo da concessão da UHE Santo Antônio. Os 9% restantes do volume de energia assegurada da Companhia, ainda a ser comercializada, referem-se à energia das 6 unidades geradoras adicionais, previstas para entrar em operação a partir do 3º. trimestre de 2016.

Custo com Venda de Energia Elétrica

O custo com venda de energia elétrica, em 2013, foi de R\$ 1.350 milhões, representando um crescimento de 152% em relação a 2012, fato este explicado por: (i) R\$ 1.066 milhões de compra de energia para honrar seus contratos de venda de energia, custos estes que serão compartilhados com o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA); e (ii) R\$ 288 milhões de encargo de uso da rede elétrica em razão do aumento de unidades geradoras em operação comercial, de 9 em 2012 para 16 em 2013.

Custo de Operação

O custo de operação passou de R\$ 75 milhões em 2012 para R\$ 287 milhões em 2013, um incremento de 284%. O aumento apresentado pode ser explicado principalmente pelo aumento de turbinas (de 9 unidades geradoras em 2012 para 16 em 2013) impactando: (i) a depreciação dos ativos da Companhia e; e (ii) o aumento do custo de operação e manutenção da UHE Santo Antônio, decorrente de maior número de operadores, técnicos e outros profissionais de operação e manutenção.

A composição do custo de operação de 2013 tem como principais itens: (i) depreciação e amortização, R\$ 223 milhões; (ii) serviços de terceiros de operação e manutenção da usina, R\$ 25 milhões; e (iii) R\$ 19 milhões com custos com pessoal de operação e manutenção da UHE Santo Antônio.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (G&A) apresentaram incremento de 56% entre 2012 e 2013, passando de R\$ 64 milhões para R\$ 101 milhões. Este aumento se deu em razão do incremento das atividades de apoio operacionais e comerciais da Companhia.

Receita Financeira

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita financeira da Companhia reduziu 47% na comparação entre os anos de 2012 e 2013, passando de R\$ 32 milhões para R\$ 17 milhões, tal diferença se deve principalmente pelo encerramento do contrato de instrumentos financeiros derivativos, vigente até 2012, o qual apresentou resultado positivo naquele exercício de R\$ 19 milhões.

Despesa Financeira

A apropriação da despesa financeira no resultado é proporcional ao número de turbinas em operação. Além disso, em 2013 ocorreram captações que totalizaram R\$ 2 bilhões (R\$ 810 milhões via BNDES e bancos repassadores, R\$ 809 milhões decorrentes da integralização da 2ª série das debêntures da 1ª emissão de debêntures da Companhia e R\$ 420 milhões decorrentes da integralização das debêntures da 2ª emissão da Companhia). A conta de despesa financeira em 2013 foi de R\$ 309 milhões, representando um aumento de 228% quando comparado a 2012, que foi de R\$ 94 milhões, principalmente devido ao aumento do número de turbinas, como explicado anteriormente.

EBITDA

O EBITDA do ano de 2013 foi de R\$ 503 milhões (Margem EBITDA de 39%), 603% superior ao ano de 2012, R\$ 71 milhões (Margem EBITDA de 21%).

Prejuízo do Exercício

Como resultado do explicado acima, o prejuízo do exercício totalizou R\$ 13 milhões, comparado com R\$ 26 milhões em 2012, o que representa uma queda de 50% no período.

R\$ Mil	2013	2012
Prejuízo do exercício	(12.973)	(25.921)
(+) Despesas financeiras, líquidas	291.572	62.041
(+) Imposto de renda e contribuição social	1.253	(1.975)
(+) Depreciação e amortização	223.210	37.351
EBITDA	503.062	71.496
Receita líquida	1.300.585	342.261
Margem EBITDA	38,68%	20,89%

Endividamento

Em dezembro de 2013, a Companhia possuía saldo de dívidas demonstrado abaixo:

CREDOR	(R\$ mil)
BNDES	4.487.985
Bancos repassadores de recursos do BNDES	4.643.248
Debenturistas da 1ª emissão	1.740.681
Debenturistas da 2ª emissão	439.741
FNO	603.870
Custo de Transação a amortizar – BNDES	(22.321)
TOTAL	11.893.204

Ao final de 2013, a dívida bruta totalizou R\$ 11.893 milhões, um aumento de 31% na comparação com 2012. Isto ocorreu principalmente devido à contratação de novas dívidas no montante de R\$ 1.230 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes totalizou R\$ 293 milhões em 2013, um aumento de 179% em relação a 2012. Por ainda encontrar-se em fase de construção e início de operação da usina (16 turbinas instaladas, de um total de 50 previstas), o caixa vem sendo influenciado principalmente pelos aportes de capital da Madeira Energia S.A. – MESA (“Controladora”) e captação de financiamentos para aplicação destes recursos no projeto da UHE Santo Antônio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A dívida líquida (dívida bruta descontada das disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2013, correspondia a R\$ 11.600 milhões (R\$ 8.941 milhões em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia monitora o indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, o qual é utilizado como métrica de alavancagem. Nos termos da escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia, este indicador deve ser mantido em um valor inferior a 3,5. A Companhia tem respeitado esta restrição, como demonstrado abaixo:

Dívida Líquida / PL		
2013	2012	2011
1,98	1,76	1,92

O índice de alavancagem da Companhia (razão entre Ativo Total e Patrimônio Líquido) teve um aumento de 3,07, em 31 de dezembro de 2012, para 3,35, em 31 de dezembro de 2013, principalmente em virtude das novas emissões de debêntures e da contratação de financiamentos suplementares (debêntures da 2ª emissão no valor de R\$ 420 milhões, integralização, pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), das debêntures da 2ª série da 1ª emissão da Companhia no montante de R\$ 809 milhões e contratação de financiamentos suplementares junto ao BNDES e bancos repassadores de recursos do BNDES, no valor de R\$ 810 milhões).

O Capital Circulante Líquido (CCL), que corresponde ao Ativo Circulante subtraído do Passivo Circulante, evoluiu como segue:

CCL (R\$ mil)		
2013	2012	2011
(204.495)	(387.291)	74.285

Deve-se ressaltar que a Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e ainda encontra-se em fase implantação, de modo que este indicador pode apresentar distorções. Na fase que a Companhia se encontra, a geração operacional de caixa também é utilizada como fonte para construção da UHE Santo Antônio, isto é, há uma tendência de que se apresente um número relativamente baixo de caixa e disponibilidades. Para atualização do capital circulante negativo apresentado ao final do exercício de 2013, a Companhia conta com o aporte de seus acionistas, bem como linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo e pré-aprovada no montante de R\$ 1.990 milhões do quais R\$ 800 milhões já foram liberados em 2013.

Fornecedores

A conta de Fornecedores apresentava saldo em 2013 de R\$ 315 milhões, uma redução de 3% em relação a 2012, cujo saldo era de R\$ 323 milhões. A redução refere-se a: (i) parcela de reajuste anual do Contrato de EPC que apresentou saldo menor em 2013; (ii) incremento no saldo de encargos de uso da rede; (iii) incremento no suprimento de energia elétrica; e (iv) a contratos de seguros. Em 2013 esta rubrica representava 2% do passivo total.

Adiantamento de Clientes

A conta de Adiantamento de clientes no final de 2013 totalizava R\$ 118 milhões, frente a um saldo de R\$ 241 milhões em 2012; uma redução de 51%. A diminuição do saldo da conta é explicada pelo contrato firmado de fornecimento de energia nº 211/2011, no exercício de 2011, entre SAE e BTG Pactual Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda. – Coomex. Dentre as cláusulas, o contrato estabelecia que a BTG Pactual Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda. – Coomex pagasse, a título de antecipação, à Companhia, valor referente ao total de energia contratada pela vigência do contrato, a partir do momento em que a 4ª unidade geradora da UHE Santo Antônio entrasse em operação, atualizado a partir de 1º de fevereiro de 2012 em 100% do CDI-DI. Com a entrada em operação da 4ª unidade geradora no ano de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 262 milhões, em cumprimento ao referido contrato. O valor antecipado é amortizado mensalmente conforme energia contratada.

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoConcessões a Pagar

A rubrica de Concessões a pagar trata da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão para a utilização do bem público ("UBP") para a geração de energia elétrica na UHE Santo Antônio, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379 milhões, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do Contrato de Concessão. Este valor atualizado é de R\$ 496 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 6,94% a.a.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012.

A variação de 5% entre 2013 e 2012, passando de R\$ 205 milhões, para R\$ 215 milhões, se justifica tanto pela atualização monetária, quanto pela amortização do saldo.

<i>R\$ mil</i>			
UBP	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	16.416	15.524	13.151
Não Circulante	198.704	189.839	181.603
TOTAL	215.120	205.363	194.754

Empréstimos e Financiamentos

É a conta mais significativa do Passivo, representando 49% em 2013, com saldo de R\$ 9.713 milhões. A variação de 18% em relação a 2012, cujo saldo era de R\$ 8.257 milhões deve-se principalmente à contratação de financiamentos com o BNDES e com bancos repassadores de recursos do BNDES, no valor total de R\$ 800 milhões, sendo R\$ 300 milhões em setembro de 2013, R\$ 160 milhões em novembro de 2013 e R\$ 340 milhões em dezembro de 2013, além dos juros incorridos no período.

Credores	Encargos Financeiros	31/12/2013	31/12/2012
Repasse de recursos do BNDES	TJLP	4.643.248	3.892.367
BNDES	TJLP	4.487.985	3.789.125
Custo de Transação a amortizar (CPC 08)		(22.321)	
FNO	Juros de 10% a.a.	603.870	575.331
Total		9.712.782	8.256.823

Debêntures

O saldo desta conta, de R\$ 2.180 milhões contempla as 2 emissões de Debêntures da Companhia, incluindo os juros incorridos, e representa 11% do Passivo total em 2013. A variação de 176% em relação a 2012, cujo saldo era de R\$ 789 milhões, é justificada pela integralização, pelo FI-FGTS, das debêntures da 2ª série da 1ª emissão da Companhia, no valor de R\$ 809 milhões em junho de 2013, e pela 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 424 milhões em janeiro de 2013. Em 2012, foram emitidas e integralizadas as debêntures da 1ª série da 1ª emissão da Companhia, no valor de R\$ 770 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido de R\$ 5.869 milhões apresentou aumento de 16% entre 2012 e 2013, ou R\$ 802 milhões, sendo que as movimentações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício estão relacionadas, principalmente, ao aumento de capital para atender à necessidade de recursos pela Companhia para prosseguir com o investimento na construção da UHE Santo Antônio.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia não pode, sem expressa autorização do BNDES, do banco líder dos repasses de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e sem aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante acima do previsto na Lei das Sociedades por Ações, 25% do lucro líquido, após deduzida a reserva legal de 5%.

A Companhia foi constituída em 2008 e possuía prejuízos acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Por esta razão, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CAMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Até 2013, a contratação e os pagamentos de serviços de auditoria independente para as demonstrações financeiras da SAE eram realizados por sua controladora Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”).

A SAE adota alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação destes e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Durante o exercício de 2013 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não são significativos representando menos de 15% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos audito-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

res independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de janeiro de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAE agradece o empenho e apoio de todos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como às entidades governamentais e órgãos reguladores e a todos os que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2013.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2014.

A Administração

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, a Madeira Energia S.A. – MESA (“Controladora”), Controladora integral da Companhia, obteve anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para transferir a concessão de geração de energia para a Companhia, hoje responsável pela exploração do empreendimento e pelas instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.150,4 MW (projeto original), com a implantação de 44 turbinas do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008. A garantia física de energia da UHE Santo Antônio, após completa motorização do projeto original, será de 2.218 MW médios.

A Companhia pleiteou junto à ANEEL projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em 6 unidades geradoras (“UG”) para obter o aproveitamento ótimo de geração do Rio Madeira e para o Sistema Interligado Nacional (SIN), aumentando sua capacidade instalada em 418 MW, de 3.150 MW para 3.568 MW. A ANEEL, por meio do despacho nº 2.075, de 25 de junho de 2013, aprovou o projeto condicionando-o à cessão de lastro de 24,3 MW médios de garantia física em favor da Energia Sustentável do Brasil S.A. – ESB.

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL autorizou a aplicação de TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão) específica para a ampliação da UHE Santo Antônio, tendo como premissa de cálculo a conexão na SE Porto Velho 230 kV a partir de agosto de 2016, no valor de R\$ 10,208/kW mês, a qual deve ser estabilizada até o ciclo 2020 – 2021.

Em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Controladora aprovou o projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em 6 unidades geradoras. Com a ampliação, a UHE Santo Antônio terá 50 UG’s, com incremento de 206,2 MW médios, desconsiderando-se a cessão de lastro de 24,3 MW médios, a um custo estimado em R\$ 1.538 milhões (não auditado).

Em 10 de dezembro de 2013, por meio do despacho nº 4.181, a ANEEL excluiu a obrigação da cessão de lastro do projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em favor da Energia Sustentável do Brasil S.A. – ESB.

A Companhia obteve, em 2013, a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas (“ONU”) para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”). Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitida na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88 w/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4W/m²), graças ao uso de turbinas do tipo bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio, dispensando a formação de um grande reservatório.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Durante o ano de 2012, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através dos Despachos de seu Superintendente, decidiu liberar as unidades geradoras de 1 a 9, todas de 69.590 kW cada, para início de operação comercial.

Durante o ano de 2013, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decidiu liberar as seguintes unidades geradoras para operação:

UG	Capacidade	Data de entrada em operação	Despacho	Operação
UG11	69.590 kw	18.01.2013	105/2013	Comercial
UG10	69.590 kw	12.03.2013	686/2013	Comercial
UG12	69.590 kw	10.04.2013	1.036/2013	Comercial
UG13	73.290 kw	05.06.2013	1.748/2013	Comercial
UG 16	73.290 kw	11.06.2013	1.801/2013	Teste
UG14	73.290 kw	28.06.2013	2.012/2013	Comercial
UG 17	73.290 kw	03.08.2013	3.057/2013	Comercial
UG 18	73.290 kw	15.08.2013	2.885/2013	Teste
UG 15	73.290 kw	19.08.2013	3.057/2013	Comercial
UG 22	69.590 kw	05.11.2013	3.714/2013	Teste
UG 23	73.290 kw	04.12.2013	4114/2013	Teste

Em 31 de dezembro de 2013, a UHE Santo Antônio possui 16 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 1.139,8 MW médios de garantia física e 4 unidades geradoras em operação em teste.

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% de sua energia assegurada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 - ANEEL, cujo valor total é de 2.218 megawatts médios, que está sendo comercializado no mercado regulado a um preço de R\$ 78,87 o megawatt hora (R\$ 109,16, em 31 de dezembro de 2013, atualizados pelo IPCA).

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), bem como legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.18.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC's vigendo a partir de 2013 com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob a seguinte categoria: (a) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Incluem-se nesta categoria "consumidores e concessionárias", que representam saldos a receber pela venda de energia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do encerramento do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*Impairment*).

2.4 Despesas pagas antecipadamente

Representadas por ativos decorrentes de pagamentos antecipados, cuja prestação de serviço ocorrerá em período subsequente e não será reembolsado e/ou recebido em dinheiro, nem representa bens fisicamente existentes (Nota 8).

2.5 Devedores diversos

Representados, principalmente, por adiantamentos efetuados a fornecedores de serviços e por créditos contra os empregados.

2.6 Dispêndios reembolsáveis

Trata-se de desembolsos que não representam despesas da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo seu beneficiário. Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da empresa, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria a parcela reembolsável em contrapartida a "Dispêndios reembolsáveis". Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

2.7 Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.8 Imobilizado (Nota 12)

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas auferidas com esses recursos. A apropriação mensal desses encargos está sendo realizada de maneira proporcional à quantidade de unidades geradoras em construção.

Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) gastos realizados em benefício da obra como um todo.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação dos ativos imobilizados da Companhia é calculada com base nas vidas úteis estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa à Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012) ou com base no período de concessão, das duas, a menor vida útil (orientação técnica OCPC 05).

A Companhia adota o método linear para a depreciação de seus ativos.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.9 Intangível (Nota 13)

Representado por licenças adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. E, ainda, pelo “Uso do bem público” (UBP), que se trata de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto em contrato. O pagamento do UBP é efetuado mensalmente ao Governo Federal, desde a entrada em operação comercial. É registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão. Durante a fase de construção até a entrada em operação comercial, a atualização foi capitalizada ao custo do intangível, após a entrada em operação, a atualização passou a ser reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

2.10 Fornecedores (Nota 14)

Referem-se, substancialmente, a valores a pagar ao consórcio responsável pela construção da UHE Santo Antônio, encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica e a contratos de seguros.

2.11 Adiantamentos de clientes (Nota 20)

Refere-se a adiantamento de cliente decorrente de contrato de suprimento de energia.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica, são classificados como passivo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado dos eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisões socioambientais

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Em conformidade com o OCPCo5, esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras (Nota 23).

(b) Concessões a pagar

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. (Nota 21).

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Administração estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A Companhia está avaliando os impactos da Medida Provisória nº 627/13 divulgada em 11 de novembro de 2013. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não foram identificados efeitos contábeis decorrentes dessa Medida Provisória.

2.15 Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.16 Capital social (Nota 26)

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de energia elétrica

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização, sendo segregada basicamente em três subgrupos: fornecimento de energia, suprimento de energia e energia de curto prazo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Compreende, basicamente, receitas de juros auferidas em aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

2.18 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros quanto para os ativos não financeiros.

(b) Imposto diferido de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (Notas 2.8 e 12)

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela agência são utilizadas nos processos de cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Adicionalmente, a depreciação dos itens que fazem parte do projeto original da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período, uma vez que a Companhia entende que as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos para fins contábeis.

(e) Provisões

As principais provisões reconhecidas pela Companhia são as “Provisões socioambientais” (Nota 23), “Concessões a pagar” (Nota 21) e “Provisões para contingências” (Nota 24).

Decorrente de obrigações assumidas perante o IBAMA, a estimativa de “Provisões socioambientais” é preparada e anualmente reavaliada pela Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Companhia e, ainda, é submetida à aprovação do Conselho de Administração da Controladora, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa. A estimativa de Uso do bem público a pagar (“Concessões a pagar”) está fundamentada no Contrato de Concessão da Companhia. A “Provisão para contingências” é realizada com base no julgamento de escritórios de advocacia contratados e passam por validação dos advogados da Companhia.

(f) Base de preparação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 204.495, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores” (Nota 14), “Empréstimos e financiamentos” (Nota 15) e da conta “Provisões socioambientais” (Nota 23). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas de sua Controladora, bem como linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante total de R\$ 1.990.000, dos quais R\$ 800.000 já foram liberados em 2013.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e derivativos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

(b) Gestão de riscos

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definidos no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração da Controladora.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Riscos de taxa de câmbio

Risco decorrente de mudanças na taxa de câmbio em transações já contratadas, mas cujo recebimento ou pagamento ocorrerá no futuro.

Alguns dos equipamentos que serão utilizados na montagem da UHE Santo Antônio são adquiridos com base na cotação do Euro, a flutuação da cotação da moeda frente ao Real expõe a Companhia a um risco de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

(ii) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação, em 31 de dezembro de 2013. O contrato para construção da UHE Santo Antônio está indexado aos Índices Gerais de Preços (IGP-M). Uma variação nesse índice ocasionará aumento no fluxo de caixa de investimentos.

A Santo Antônio Energia está exposta ainda à variação na taxa de juros dos financiamentos contratados. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui R\$ 9.712.782 em empréstimos e financiamentos contratados dos quais R\$ 9.131.233 (Nota 15 (a)), relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES, estão atrelados à TJLP e R\$ 2.180.422 (Nota 16) em debêntures atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União o montante total fixado em R\$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Risco de preço de *commodities* é aquele relacionado à variação nos preços de matérias-primas (*commodities*). Durante o período de construção da UHE Santo Antônio, a Companhia está exposta à variação nos preços das principais matérias-primas utilizadas em seus equipamentos, como: Ferro Chapa-Grossa, Cobre Eletrolítico, IPI-Metalúrgica (Col.32). A Companhia tem como política monitorar mensalmente o risco de preços de *commodities*.

(iv) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, os relacionamentos da Companhia com instituições financeiras são apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard & Poor’s e Moody’s Investor e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Controladora por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante fianças bancárias.

(v) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização do capital circulante negativo apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia conta com aportes de seus acionistas, bem como linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante total de R\$ 1.990.000, dos quais R\$ 800.000 já foram liberados em 2013.

(vi) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2014, a taxa IPCA será de 5,8%. E para o risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2014, as taxas TJLP e CDI serão de 5% e 8,86%, respectivamente.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2013	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2014		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (Nota 4)	293.377	8,86%	319.370	325.869	332.367
Passivos					
Debêntures - IPCA - (Nota 16)	(2.180.422)	5,80%	(2.306.886)	(2.338.503)	(2.370.119)
Empréstimos ⁽¹⁾ - TJLP - (Nota 15)	(9.131.233)	5,00%	(9.587.795)	(9.701.935)	(9.816.075)
Concessões a pagar - IPCA - (Nota 21)	(215.120)	5,80%	(227.597)	(230.716)	(233.835)
Provisões socioambientais - IPCA (Nota 23)	(458.794)	5,80%	(485.404)	(492.057)	(498.709)
Passivo líquido exposto	(11.692.192)		(12.288.312)	(12.437.342)	(12.586.371)
Efeito líquido das variações			(596.120)	(745.150)	(894.179)

- (1) Análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Esse financiamento não está atrelado à TJLP (Nota 15(b)).

(c) Derivativos

A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes, como das variações do IGP-M e da variação cambial do Euro. Os principais riscos que a Companhia objetiva reduzir são sobre o fluxo de caixa, regulando as principais exposições de riscos financeiros oriundos do descasamento de usos e fontes, como: (i) de preço de *commodities*; (ii) de indexadores de preços na composição de ativos e passivos; (iii) de escolha de instrumentos de mitigação; e (iv) de crédito. Instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição da Companhia.

A atividade de gestão de risco é regida por uma Política de Gestão de Riscos (“Política”) devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora e sob a responsabilidade da Diretoria Financeira que é composta por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como Tesouraria, Planejamento Financeiro, Fiscal e Contabilidade. A Política define todas as características das atividades de gestão de risco, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites e critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez.

A estratégia da Companhia se baseia na utilização de instrumentos financeiros derivativos para a mitigação dos riscos de mercado considerados relevantes. A utilização destes instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições.

A Companhia monitora e avalia seus riscos periodicamente e ajusta a sua estratégia de acordo com as condições de mercado. A contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ser realizada com o intuito de proteção dos ativos e patrimônio dos acionistas e, portanto, não são mantidas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(d) Gestão de capital**

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, e, em 31 de dezembro de 2012, foram:

Descritivo	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Debêntures (Nota 16)	2.180.422	789.047
Empéstimos (Nota 15)	9.712.782	8.256.823
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(293.377)	(105.243)
Dívida líquida (A)	11.599.827	8.940.627
Total do patrimônio líquido	5.869.033	5.067.006
Total do capital (B)	17.468.860	14.007.633
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	66,40%	63,83%

(e) Instrumentos financeiros por categoria**31 de dezembro de 2013**

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	293.377	293.377
Consumidores e concessionárias (Nota 5)	191.677	191.677
Dispêndios reembolsáveis (Nota 7)	853.954	853.954
Depósitos em garantia (Nota 10)	157.637	157.637
	<u>1.496.645</u>	<u>1.496.645</u>

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos (Nota 15)	9.712.782	9.712.782
Debêntures (Nota 16)	2.180.422	2.180.422
Fornecedores (Nota 14)	314.693	314.693
Adiantamentos de clientes (Nota 20)	117.914	117.914
Concessões a pagar (Nota 21)	215.120	215.120
Cauções em garantia (Nota 17)	248.035	248.035
Outras obrigações, excluindo obrigações legais (*)	19.127	19.127
	<u>12.808.093</u>	<u>12.808.093</u>

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****31 de dezembro de 2012**

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	105.243	105.243
Consumidores e concessionárias (Nota 5)	96.774	96.774
Dispêndios reembolsáveis (Nota 7)	345.963	345.963
Depósitos em garantia (Nota 10)	76.974	76.974
	<u>624.954</u>	<u>624.954</u>

Passivo, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos (Nota 15)	8.256.823	8.256.823
Debêntures (Nota 16)	789.047	789.047
Fornecedores (Nota 14)	323.415	323.415
Adiantamentos de clientes (Nota 20)	240.862	240.862
Concessões a pagar (Nota 21)	205.363	205.363
Cauções em garantia (Nota 17)	214.580	214.580
Outras obrigações, excluindo obrigações legais (*)	17.727	17.727
	<u>10.047.817</u>	<u>10.047.817</u>

- (*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. O valor está representado, basicamente, pela soma dos saldos de: obrigações com pessoal e credores diversos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Fundos de caixa	20	
Bancos conta movimento	202	131
Aplicações financeiras	<u>293.155</u>	<u>105.112</u>
	<u>293.377</u>	<u>105.243</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 100% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor além de conversíveis em prazos menores que 90 dias.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Consumidores e concessionárias

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Consumidores - Fornecimento industrial	81.991	52.042
Concessionárias - Suprimento convencional	109.686	44.732
	<u>191.677</u>	<u>96.774</u>

6 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos das contas “Imposto de renda e contribuição social a recuperar” no montante de R\$ 41.372 (2012 - R\$ 44.747) registrados no ativo circulante e não circulante, referem-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte incidente sobre os resgates das aplicações financeiras.

7 Dispêndios reembolsáveis

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	131.996	23.384
Zurich Brasil Seguros (ii)	23.644	54.332
	<u>155.640</u>	<u>77.716</u>
Não circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (iii)	669.271	242.622
Energia Sustentável do Brasil S.A. (iv)	29.043	25.625
	<u>698.314</u>	<u>268.247</u>
	<u>853.954</u>	<u>345.963</u>

- (i) De acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), a Companhia deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), para suprir atrasos na disponibilidade para entrada em operação comercial de unidades geradoras em relação ao cronograma do 1º termo aditivo ao Contrato de concessão nº 001/2008;
- (ii) Refere-se a valores a receber da seguradora, em função de gastos incorridos com incidente na margem direita à jusante do rio Madeira, conforme apólice de responsabilidade civil (Nota 34). A Companhia vem recebendo a indenização do seguro à medida que apresenta os comprovantes de gastos à seguradora.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) A Companhia firmou um 1º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, alterando o cronograma de entrada em operação comercial, que se iniciaria em 01 de dezembro de 2012, para 01 de maio de 2012. Em caso de frustração desse cronograma, o CCSA deve ressarcir a Companhia conforme mencionado no item (i) desta nota explicativa.

O CCSA apresentou para a Companhia um cronograma de entrada em operação comercial, antecipando pela segunda vez o início de entrada em operação das unidades geradoras de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011. A Companhia firmou, então, o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL e firmou com o CCSA, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em “Termos e Condições”, o referido compromisso. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não está sendo atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gere para a Companhia um ressarcimento junto ao CCSA.

A Companhia e o Consórcio estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação a forma e o prazo de liquidação do pleito.

- (iv) Refere-se ao compromisso firmado entre a Companhia e a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) no qual esta compensará financeiramente a Companhia em razão da alteração da localização da Subestação Coletora de Porto Velho (SE Coletora), de forma a atender à solicitação da Porto Velho Transmissora de Energia S.A. Essa alteração gerou uma redução dos custos da ESBR em função da diminuição, em relação ao previsto no Edital do leilão 006/08-ANEEL, na extensão da linha de transmissão que estabelece a conexão da UHE Jirau à SE Coletora e uma elevação de custos apurado pela Companhia em função da necessidade de aumento, em relação ao disposto no Edital do Leilão 005/07-ANEEL, da extensão da linha de transmissão que estabelece conexão da UHE Santo Antônio à SE Coletora. No compromisso está prevista correção monetária do saldo por IGP-M. A forma e o prazo para liquidação desse saldo estão sendo discutidos entre as Companhias envolvidas.

8 Despesas pagas antecipadamente

O saldo das despesas pagas antecipadamente está representado por prêmios de seguros que são apropriados ao imobilizado ou ao resultado, conforme o objeto segurado, pelo regime de competência, de acordo com a vigência das correspondentes apólices (Nota 34). Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado como despesas antecipadas é de R\$ 29.871 no ativo circulante e, R\$ 54.453 no ativo não circulante (2012 – R\$ 26.780 no ativo circulante e R\$ 72.958 no ativo não circulante).

9 Tributos compensáveis

O saldo da conta “Tributos compensáveis” no montante de R\$ 3.426 (2012 - R\$ 11.311) registrados no ativo não circulante, refere-se, substancialmente, a créditos de ICMS, em 2013, e a créditos de PIS/COFINS, em 2012.

10 Depósitos em garantia

O saldo da conta “Depósitos em garantia”, no valor de R\$ 157.637 (2012 - R\$ 76.974) no ativo não circulante, corresponde ao montante equivalente aos três últimos valores mensais devidos do Contrato de Operação e Manutenção da UHE Santo Antônio firmado com Furnas Centrais Elétricas S.A. mais três vezes o valor da parcela de financiamento vincenda em 15 de janeiro de 2014, em atendimento às cláusulas contratuais de financiamento com o BNDES.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo no início do exercício	10.209	8.234
Movimentação		
Ajustes RTT*		
Despesas pré-operacionais que de acordo com os novos CPC's, são contabilizadas no resultado, entretanto fiscalmente tem seu efeito eliminado		6.154
Custos de transação de emissão de debêntures	(6.303)	
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(22.321)	
Amortização do Uso do bem público	26.225	
Amortização RTT - Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(1.288)	(346)
IRPJ - 25%	(921)	1.452
CSLL - 9%	(332)	523
Encargo fiscal	(1.253)	1.975
Saldo no final do exercício	8.956	10.209

*O RTT – Regime Tributário de Transição foi criado pela Medida Provisória nº 449/08 e convertida em 27 de maio de 2009 na Lei nº 11.941/09. A referida lei busca neutralizar os impactos tributários da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07, de 28.12.2007, até que se possam regular definitivamente o modo e a intensidade de integração da legislação tributária com os novos métodos e critérios internacionais de contabilidade (Nota 2.14).

O saldo ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no montante de R\$ 8.956, em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 10.209) foi calculado sobre diferenças temporárias e ajustes do Regime Tributário de Transição ("RTT") reconhecidos em contrapartida ao resultado (Nota 32).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

		31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	0,65%	52.944	(603)	52.341	21.548
Reservatórios, barragens e adutoras	0,76%	6.607.518	(87.812)	6.519.706	6.315.910
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,27%	1.476.837	(58.558)	1.418.279	612.078
Máquinas e equipamentos	2,06%	2.805.830	(101.073)	2.704.757	1.068.437
Total do imobilizado em serviço		10.943.129	(248.046)	10.695.083	8.017.973
Imobilizado em curso					
Terrenos					8.467
Reservatórios, barragens e adutoras		1.751.425		1.751.425	870.406
Edificações, obras civis e benfeitorias		434.967		434.967	717.713
Máquinas e equipamentos		1.841.204		1.841.204	1.410.503
Veículos		2.078		2.078	398
Móveis e utensílios		2.748		2.748	2.296
A ratear		1.661.417		1.661.417	1.512.972
Material em depósito		40.267		40.267	37.020
Adiantamento a fornecedores		1.368.484		1.368.484	1.944.658
Outros		10.679		10.679	4.946
Total do imobilizado em curso		7.113.269		7.113.269	6.509.379
Total do imobilizado		18.056.398	(248.046)	17.808.352	14.527.352

As movimentações do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro são as seguintes:

2013

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor líquido	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação
Imobilizado em serviço				
Terrenos	21.548		31.396	(603)
Reservatórios, barragens e adutoras	6.315.910		280.706	(76.910)
Edificações, obras civis e benfeitorias	612.078		859.356	(53.155)
Máquinas e equipamentos	1.068.437		1.721.131	(84.811)
Total do imobilizado em serviço	8.017.973		2.892.589	(215.479)
Imobilizado em curso				
Terrenos	8.467	22.929	(31.396)	
Reservatórios, barragens e adutoras	870.406	926.507	(45.488)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	717.713	432.622	(715.368)	
Máquinas e equipamentos	1.410.503	1.696.090	(1.265.388)	
Veículos	398	1.680		
Móveis e utensílios	2.296	452		
A ratear	1.512.972	983.394	(834.949)	
Material em depósito	37.020	3.247		
Adiantamento a fornecedores	1.944.658	(576.173)		
Outros	4.946	5.733		
Total do imobilizado em curso	6.509.379	3.496.481	(2.892.589)	
Total do imobilizado	14.527.352	3.496.481		(215.479)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****2012**

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012	
	Valor líquido	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terrenos			21.548	21.548
Reservatórios, barragens e adutoras			6.326.812	(10.902) 6.315.910
Edificações, obras civis e benfeitorias			617.481	(5.403) 612.078
Máquinas e equipamentos			1.084.699	(16.262) 1.068.437
Total do imobilizado em serviço			8.050.540	(32.567) 8.017.973
Terrenos	12.825	17.190	(21.548)	8.467
Reservatórios, barragens e adutoras	4.670.880	1.456.573	(5.257.047)	870.406
Edificações, obras civis e benfeitorias	950.330	219.256	(451.873)	717.713
Máquinas e equipamentos	1.246.273	925.028	(760.798)	1.410.503
Veículos	398			398
Móveis e utensílios	2.296			2.296
A ratear	2.759.590	312.656	(1.559.274)	1.512.972
Material em depósito	14.741	22.279		37.020
Adiantamento a fornecedores	1.847.734	96.925		1.944.658
Outros	4.946			4.946
Total do imobilizado em curso	11.510.013	3.049.907	(8.050.540)	6.509.379
Total do imobilizado	11.510.013	3.049.907	(32.567)	14.527.352

Adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente a 5% do valor total do Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, descontado de 5% do total de serviços prestados e equipamentos entregues, mais valores previstos nos contratos firmados de compras de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio. Todos os adiantamentos realizados são para aquisição de bens do ativo imobilizado.

No final de 2011, a Companhia iniciou o processo de unitização, que consiste no arrolamento, valoração e cadastramento dos bens, direitos e instalações em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, Resolução Normativa nº 367/09. Com a entrada em operação comercial das 16 UG's, foram unitizados R\$ 10.943.129, conforme demonstrado no quadro de imobilizado de dezembro de 2013.

A Companhia adota como depreciação o método linear, tomando como base para a depreciação o valor do bem proporcionalizado à quantidade de unidades geradoras em operação que ele atende sobre a quantidade de unidades geradoras que o bem atenderá quando concluída a fase de construção da UHE Santo Antônio.

A Companhia vem depreciando os terrenos em função de não ter, no Contrato de Concessão da UHE Santo Antônio, previsão de renovação da concessão e de indenização do valor residual dos bens ao término do período concessivo.

Em 2013, a Companhia capitalizou ao ativo imobilizado o montante de R\$ 621.793 (2012 - R\$ 643.758) correspondente a encargos de financiamentos adquiridos com o propósito específico de financiar a construção da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui compromissos firmados no montante de R\$ 1.130 milhões referentes ao contrato EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) para construção do empreendimento hidrelétrico, conforme projeto original.

13 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Servidão permanente	3,22%	737	(42)	695	737
Software	10,00%	8.734	(1.310)	7.424	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(11.163)	188.176	194.555
Total do intangível em serviço		208.810	(12.515)	196.295	195.292
Intangível em curso					
Software		6.675		6.675	4.050
Total do Intangível em curso		6.675		6.675	4.050
Total do Intangível		215.485	(12.515)	202.970	199.342

As movimentações do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro são as seguintes:

2013

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013			
	Valor líquido	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Valor líquido
Intangível em serviço					
Servidão permanente	737			(42)	695
Software			8.734	(1.310)	7.424
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	194.555			(6.379)	188.176
Total do intangível em serviço	195.292		8.734	(7.731)	196.295
Total do intangível em curso	4.050	11.359	(8.734)		6.675
Total do intangível	199.342	11.359		(7.731)	202.970

A Companhia vem amortizando as servidões permanentes em função de não ter, no Contrato de Concessão da UHE Santo Antônio, previsão de renovação da concessão e de indenização do valor residual dos bens ao término do período concessivo.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****2012**

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012		
	Valor líquido	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Valor líquido
Intangível em serviço					
Servidão permanente			737		737
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP			199.339	(4.784)	194.555
Total do intangível em serviço			200.076	(4.784)	195.292
Intangível em curso					
Software	525	3.525			4.050
Servidão permanente		737	(737)		
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	194.754	4.585	(199.339)		
Total do intangível em curso	195.279	8.847	(200.076)		4.050
Total do intangível	195.279	8.847		(4.784)	199.342

Os ingressos registrados em Direito de concessão – UBP referem-se à atualização atrelada à IPCA, líquida de ajuste a valor presente. Até a o momento da entrada em operação da primeira unidade geradora, em 30 de março de 2012, a atualização e o ajuste a valor presente calculados sobre “Concessão a pagar” (Nota 21) foram registrados em contrapartida ao intangível. A partir dessa data, as movimentações passaram a ocorrer em contrapartida ao resultado da Companhia.

14 Fornecedores

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	127.549	60.860
CCEE (compra de energia de curto prazo)	10.634	19.238
Encargos de uso da rede elétrica	55.231	23.420
Materiais e serviços	116.096	209.531
	309.510	313.049
Não circulante		
Materiais e serviços	5.183	10.366
	5.183	10.366
	314.693	323.415

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 5.183 no passivo não circulante, refere-se à última parcela do contrato de seguro de riscos de engenharia firmado entre a Companhia e a HDI Seguros, com vencimento em janeiro de 2015.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****15 Empréstimos e financiamentos**

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
BNDES - Indireto (a)	R\$	TJLP	118.767	
BNDES - Direto (a)	R\$	TJLP	112.973	
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	2.831	
Passivo circulante			234.571	
	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
BNDES - Indireto (a)	R\$	TJLP	4.524.481	3.892.367
BNDES - Direto (a)	R\$	TJLP	4.375.012	3.789.125
Custo de Transação a amortizar (CPC 08) - BNDES	R\$		(22.321)	
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	601.039	575.331
Passivo não circulante			9.478.211	8.256.823
			9.712.782	8.256.823

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Financiamento Direto n.º 08.2.1120.1 no montante de R\$ 3.092.586 e o Contrato de Repasse n.º 01/2009 no montante de R\$ 3.042.586 através de agentes financeiros. Também já foi liberada parte dos recursos do financiamento suplementar, sendo o Contrato de Financiamento Direto Suplementar n.º 12.2.1307.1, e o Contrato de Repasse Suplementar n.º 01/2013, ambos possuem o valor de R\$ 995.000 cada contrato.

(i) Composição dos recursos (valores históricos):

Subcrédito	Parcela direta			Parcela indireta							Total
	BNDES	Santander	Bradesco	Banco do Brasil	Itaú- BBA	BNB	CEF	Banco da Amazônia	BES	Total	
"A"	1.612.571	185.500	180.200	296.051	71.550	206.170	530.000	100.700	42.400	1.612.571	3.225.142
"B"	912.776	105.000	102.000	167.576	40.500	116.700	300.000	57.000	24.000	912.776	1.825.552
"C"	198.827	22.872	22.218	36.502	8.822	25.420	65.348	12.416	5.228	198.826	397.653
"D"	14.154	1.628	1.582	2.598	628	1.810	4.652	884	372	14.154	28.308
"E.1"	137.642	15.833	15.381	25.270	6.107	17.598	45.239	8.595	3.619	137.642	275.284
"E.2"	166.616	19.167	18.619	30.589	7.393	21.302	54.761	10.405	4.381	166.617	333.233
"F"	50.000									50.000	
	3.092.586	350.000	340.000	558.586	135.000	389.000	1.000.000	190.000	80.000	3.042.586	6.135.172
Suplementar											
"G"	150.000	21.310	20.701	34.011	8.220		60.887		4.871	150.000	300.000
"H"	440.000	62.511	60.724	99.764	24.111		17.8602		14.288	440.000	880.000
"K"	80.000	11.365	11.041	18.139	4.384		32.473		2.598	80.000	160.000
	670.000	95.186	92.466	151.914	36.715		271.962		21.757	670.000	1.340.000
	3.762.586	445.186	432.466	710.500	171.715	389.000	1.271.962	190.000	101.757	3.712.586	7.475.172

O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da UHE Santo Antônio (Nota 1).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As principais condições do financiamento são:

(ii) Vencimento das parcelas – circulante e não circulante (principal e encargos)

	Não circulante						Total
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2020	
Principal e Encargos	355.582	384.366	430.433	476.499	480.361	6.749.931	8.877.172
	<u>355.582</u>	<u>384.366</u>	<u>430.433</u>	<u>476.499</u>	<u>480.361</u>	<u>6.749.931</u>	<u>8.877.172</u>

(iii) Garantias

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade em decorrência do Contrato de Concessão de uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs) se vierem a ser firmados e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- (f) Suporte de acionistas complementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento complementar;

(iv) Cláusulas restritivas

O financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas, dentre outras, quanto à relação entre ativo total e patrimônio líquido, as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Banco da Amazônia S.A.

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Controladora da Companhia e de seus acionistas, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (Nota 1). As principais condições do financiamento são:

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

Não circulante						
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2020
Principal e Encargos	26.510	39.782	39.857	39.857	39.857	415.176
	26.510	39.782	39.857	39.857	39.857	415.176

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv)).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2012		8.256.823
Empréstimos e financiamentos obtidos		787.679
Encargos financeiros provisionados		692.404
Encargos financeiros pagos - FNO		(24.124)
Transferências	234.571	(234.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	234.571	9.478.211

16 Debêntures**(a) 1ª Emissão**

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante do debenturista e a controladora Madeira Energia S.A - MESA, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção para a exploração da concessão da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado (Nota 1).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição dos saldos dos encargos e do principal, referente às 1ª e 2ª séries das debêntures, é a seguinte:

Série	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	31 de dezembro de 2013			
				Principal atualizado	Encargos	Custo a Amortizar	Total
1ª	R\$ 1.000	15 parcelas anuais a partir de 2023	IPCA + juros de 6,5% a.a.	825.518	63.602	(608)	888.512
2ª	R\$ 1.000	15 parcelas anuais a partir de 2024	IPCA + juros de 6,5% a.a.	825.518	27.259	(608)	852.169
				<u>1.651.036</u>	<u>90.861</u>	<u>(1.216)</u>	<u>1.740.681</u>
Passivo não circulante							<u>1.740.681</u>

Garantias e cláusulas restritivas

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv).

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$ 100, totalizando R\$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora Madeira Energia S.A, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção para a exploração da concessão da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado (Nota 1).

A composição dos saldos dos encargos e do principal, referente à 2ª emissão das debêntures, é a seguinte:

				31 de dezembro de 2013				
Emissão	Valor unitário (em reais)	Vencimento	Remuneração	Principal atualizado	Encargos	Encargos pagos	Custo a Amortizar	Total
2ª	R\$ 100.000,00	Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente						
		27.12.2017 - 5,5% - Valor Nominal Unitário	IPCA + juros de 6,2% a.a.	444.615	27.190	(26.977)	(5.087)	
		27.12.2019 - 17,5% - Valor Nominal Unitário						
		27.12.2020 - 25,0% - Valor Nominal Unitário						439.741
		27.12.2021 - 24,0% - Valor Nominal Unitário						
		27.12.2022 - Saldo do valor Nominal Unitário Atualizado						
				444.615	27.190	(26.977)	(5.087)	439.741
			Passivo circulante					214
			Passivo não circulante					439.527

Garantias e cláusulas restritivas

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv).

17 Cauções em garantia

Referem-se à retenção de 5% (cinco por cento) do valor adiantado aos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio, principalmente para a construção, transporte e montagem das 44 turbinas de geração de energia e dos painéis de controle. O montante retido é a garantia da entrega dos produtos no prazo definido. Em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 248.035 (2012 - R\$ 214.580) está registrado no passivo, sendo R\$ 78.704 no passivo circulante e R\$ 169.331 no passivo não circulante.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Impostos e contribuições sociais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
ICMS	6.919	4.843
COFINS	1.980	
PIS	408	
INSS	1.049	1.141
ISS	5.914	3.957
Outros	647	965
	16.917	10.906

19 Obrigações estimadas com pessoal

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Provisão de férias e 13º salário	4.042	3.625
Encargos sociais (INSS e FGTS)	1.699	1.621
	5.741	5.246

20 Adiantamentos de clientes

Em 2011, a Companhia firmou o contrato de fornecimento de energia nº 211/2011 com a BTG Pactual com prazo de fornecimento de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014. A Companhia recebeu, em 11 de julho de 2012, o montante de R\$ 261.531 a título de antecipação. O valor antecipado é amortizado mensalmente conforme o fornecimento da energia contratada e está apresentado a seguir:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	122.948	117.914
Atualização monetária - IPCA	6.464	
Reconhecimento de receita	(129.412)	
Transferências	117.914	(117.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	117.914	

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Concessões a pagar

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Usina Santo Antonio	215.120	205.363
(-) Passivo circulante	(16.416)	(15.524)
Passivo não circulante	<u>198.704</u>	<u>189.839</u>

A Companhia tem contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Santo Antônio. A característica do negócio e do contrato indica a condição e a intenção das partes de executá-lo integralmente.

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 13) em contrapartida do passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 6,94% a.a.

Os valores originais contratados demonstrados a seguir, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012 (Nota 1).

Usina / Anos de pagamento	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento mensal	Pagamento total	Pagamento mensal	Pagamento total
Usina Santo Antonio De 04.2012 a 06.2043	<u>1.011</u>	<u>379.267</u>	<u>1.363</u>	<u>496.402</u>

(a) Mutação

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.524	189.839
Atualização - IPCA		27.627
Ajuste a valor presente		(1.752)
Pagamentos	(16.118)	
Transferências	<u>17.010</u>	<u>(17.010)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>16.416</u>	<u>198.704</u>

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2015	16.881
2016	17.199
2017	17.408
2018	17.552
2019	17.687
2020 a 2043	111.977
	<u>198.704</u>

22 Encargos regulamentares e setoriais

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Circulante		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) (i)	3.915	1.305
Pesquisa e desenvolvimento (ii)	10.046	2.472
Taxa de fiscalização - ANEEL (iii)	141	
	<u>14.102</u>	<u>3.777</u>

- (i) A CFURH, criada pela Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, é calculada com base na geração mensal efetiva das usinas hidrelétricas. Destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% se destinam aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Ministério de Ciência e Tecnologia.
- (ii) De acordo com a Lei n.º 9.991/2000, as concessionárias e autorizadas de geração são obrigadas a aplicar no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os recursos para investimento em P&D são distribuídos 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, e 40% para os projetos de P&D regulados pela ANEEL e administrados pela Companhia. Enquanto não aplicados, o saldo de recursos em poder da Companhia é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC.
- (iii) A Taxa de Fiscalização foi instituída pela Lei n.º 9.427/96, alterada pela Lei n.º 12.783/13 e seu cálculo é regulamentado pelo Decreto n.º 2.410/97. A taxa equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****23 Provisões socioambientais**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	79.934	217.975
Provisões - impactos erosivos a jusante (ii)		6.089
Compensação ambiental (iii)	12.956	
	92.890	224.064
Não circulante		
Compensação ambiental (iii)	65.395	74.022
Programas básicos ambientais (i)	300.509	106.921
	365.904	180.943
	458.794	405.007

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração com relação aos gastos socioambientais que a Companhia incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008 e de Operação nº 1.044/2011 expedidas pelo IBAMA. Essas licenças estabelecem que sejam executados os seguintes Programas Básicos Ambientais (PBA), entre outros:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático;
- Programa de Monitoramento Sismológico;
- Programa de Monitoramento Climatológico;
- Programa de Conservação da Flora;
- Programa de Conservação da Fauna;
- Programa de Conservação da Ictiofauna;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Remanejamento da População Atingida;

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação das provisões ambientais durante o exercício de 2013

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	224.064	180.943
Atualização monetária		12.078
Amortizações	(115.636)	
Adições - Projeto de ampliação (Nota 1)		157.345
Transferências	<u>(15.538)</u>	<u>15.538</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>92.890</u>	<u>365.904</u>

A adição realizada na provisão ambiental é decorrente da estimativa da Companhia sobre os investimentos socioambientais necessários para execução do projeto de ampliação da UHE Santo Antônio aprovado pela ANEEL em 25 de junho de 2013, por meio do despacho nº 2.075, e aprovado pelo Conselho da Administração da Controladora em 18 de setembro de 2013.

(b) Realização estimada dos programas básicos ambientais registrados no passivo não circulante (não auditado)

A Companhia estima que os programas ambientais registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 serão totalmente concluídos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

2015	276.629
2016	<u>23.880</u>
	<u>300.509</u>

- (ii)** A rubrica “Impactos erosivos a jusante” corresponde aos gastos que a Companhia incorrerá a fim de compensar, mitigar e fazer cessar os impactos socioambientais causados pelo empreendimento à jusante da UHE Santo Antônio, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Companhia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Ministério Público Federal, IBAMA, IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Município de Porto Velho, Coordenadorias Estadual e Municipal de Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. A Companhia possui seguros contratados, com limite de indenização de até R\$ 70.000, que estão sendo acionados para eventual cobertura dos gastos (Nota 7 (ii)).
- (iii)** O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, previsto na Licença de Instalação nº 540/2008 e definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedidas pelo IBAMA. Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, são atualizados pelo IPCA Especial e em 31 de dezembro de 2013 equivalem a R\$ 12.956 no passivo circulante e R\$ 65.395 no passivo não circulante (2012 - R\$ 74.022). O IBAMA, por meio do Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, deliberou que a destinação dos recursos da Compensação Ambiental será distribuída entre entidades do Município de Porto Velho (R\$ 1.000), do Estado de Rondônia (R\$ 14.000) e da União (R\$ 41.159) atualizados até a data da compensação. O CCAF está consultando os gestores das unidades para que indiquem a forma de aplicação dos recursos.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Provisão para contingências**(a) Risco provável**

Refere-se ao auto de infração lavrado em 23 de dezembro de 2008, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R\$ 7.700. O objeto do referido auto é a imposição de multa à Companhia por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas enseadeiras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia apresentou defesa administrativa, a qual se encontra em análise por parte da Superintendência do IBAMA. Em 19 de julho de 2011, a Equipe Técnica do IBAMA informou sobre a majoração do valor da multa e notificou a Companhia para a apresentação de Alegações Finais. Em 8 de agosto de 2011, a Companhia apresentou manifestação acerca da majoração da multa e Alegações Finais, consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda provável no montante de R\$ 8.697 em relação ao mérito da autuação (2012 - R\$ 8.037) e de perda possível em relação às agravantes de penalidade citadas no referido auto.

(b) Risco possível

Em 31 de dezembro de 2013, existem processos no montante de R\$ 1.183.880, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2013
Trabalhista (i)	4.176
Cível (ii)	788.146
Administrativo ambiental (iii)	15.545
Administrativo tributário (iv)	376.013
	1.183.880

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta das desapropriações realizadas.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(iii) Administrativo ambiental**

Diversos autos de infração referentes a questões ambientais como mortandade de peixes e ocorrência de queimadas em áreas da Companhia.

(iv) Administrativo tributário

Processos administrativos para discussão de não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal, bem como notificações da Secretaria Municipal da Fazenda do município de Porto Velho e da Secretaria de Estado de Finanças-RO.

25 Outras provisões

Refere-se à reivindicação do Consórcio Construtor Santo Antônio, relacionadas às obras civis e montagem eletromecânica, com base no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado com a Companhia, de compensação da elevação de custos em função da improdutividade nos períodos de greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2012 no canteiro de obras da UHE Santo Antônio e que ainda resultaram na concessão de aumentos salariais e de muitos benefícios aos trabalhadores do Consórcio.

A Companhia e o Consórcio estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação ao montante justo de ressarcimento e de definirem a forma e o prazo de liquidação do pleito.

26 Patrimônio líquido**Capital subscrito e integralizado**

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.927.870 (2012 - R\$ 5.112.870), dividido em 5.927.870.456 (2012 - 5.112.870.456) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, de titularidade integral da Madeira Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Controladora integral, Madeira Energia S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 6.746.672 (2012 - R\$ 5.069.572), dividido em 6.746.671.724 (2012 - 5.069.571.724) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, cuja titularidade está distribuída pelos seguintes acionistas:

	Valores em R\$ mil		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Participação (%)
Andrade Gutierrez Participações S.A.	836.587	628.627	12,40
Cemig Geração e Transmissão S.A.	674.667	506.957	10,00
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	1.349.334	1.013.914	20,00
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.631.202	1.977.133	39,00
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	1.254.881	942.940	18,60
	6.746.672	5.069.572	100,00

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****27 Resultado por ação**

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações):

	2013	2012
Prejuízo do exercício	(12.973)	(25.921)
Média ponderada do número de ações ordinárias	5.507.254.018	4.729.977.361
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias	(2,36)	(5,48)

28 Receita operacional líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Fornecimento de energia à indústria	915.470	327.961
Suprimento de energia elétrica	850.363	254.943
Energia de curto prazo	1.765.833	4.114
	1.765.833	587.018
(-) Deduções da receita		
P & D	(14.824)	(4.878)
ICMS	(115.978)	(44.148)
PIS e COFINS	(152.612)	(50.215)
	(283.414)	(99.241)
Receita líquida de venda de energia	1.482.419	487.777
Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação (Nota 30)	(181.834)	(145.516)
Receita operacional líquida	1.300.585	342.261

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****29 Gastos operacionais****a) Custos do serviço de energia elétrica**

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2013			2012		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE	(134.354)		(134.354)	(27.167)		(27.167)
Energia comprada para revenda	(1.066.033)		(1.066.033)	(452.445)		(452.445)
Encargos de uso e conexão	(287.608)		(287.608)	(110.517)		(110.517)
Créditos PIS/COFINS	137.640		137.640	54.587		54.587
Pessoal		(19.060)	(19.060)		(2.169)	(2.169)
Material		(1.511)	(1.511)		(943)	(943)
Serviços de terceiros		(24.996)	(24.996)		(30.202)	(30.202)
Depreciação e amortização		(221.899)	(221.899)		(37.351)	(37.351)
Outras		(19.215)	(19.215)		(3.921)	(3.921)
	(1.350.355)	(286.681)	(1.637.036)	(535.542)	(74.586)	(610.128)
Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação (Nota 30)	108.612		108.612	23.384		23.384
Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação (Nota 30)	607.572		607.572	343.015		343.015
	716.184		716.184	366.399		366.399
	(634.171)	(286.681)	(920.852)	(169.143)	(74.586)	(243.729)

b) Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Pessoal	(26.510)	(20.682)
Material	(1.549)	(1.720)
Serviços de terceiros	(45.163)	(29.580)
Amortização	(1.311)	
Alugueis e arrendamentos	(4.259)	(2.355)
Seguros	(11.178)	(7.659)
Tributos	(1.117)	(165)
Outras	(9.491)	(2.292)
Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação (Nota 30)	697	66
	(99.881)	(64.387)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****30 Resultado líquido do cronograma de antecipação**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Compartilhamento com o Consórcio Construtor Santo Antônio Energia:		
Receita operacional líquida (i)	(181.834)	(145.516)
Custos referentes ao 1º. cronograma de antecipação (ii)	108.612	23.384
Gastos referentes ao 2º. cronograma de antecipação (iii)	608.269	343.081
	535.047	220.949

- (i) Compartilhamento de 90% da venda de energia do segundo bloco de antecipação, líquida dos encargos inerentes a essa comercialização (PIS, COFINS, ICMS e P&D), conforme Nota 7 (iii).
- (ii) Compartilhamento de custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), para suprir atrasos na disponibilidade para entrada em operação comercial de unidades geradoras em relação ao cronograma do 1º termo aditivo ao Contrato de concessão nº 001/2008, conforme Nota 7(i).
- (iii) Compartilhamento de 90% do custo pela compra de volume de energia para revenda e pela contratação de uso e conexão do sistema de transmissão para atender ao segundo cronograma de antecipação, líquidos de créditos de PIS e COFINS decorrentes desses gastos, conforme Nota 7 (iii).

31 Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.407	2.717
Operações com instrumentos financeiros derivativos		19.045
Variações monetárias moeda nacional	3.418	
Outras receitas financeiras	2.470	10.143
Ajuste a valor presente	1.752	120
	17.047	32.025
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(234.986)	(57.454)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(27.627)	(17.686)
Operações com instrumentos financeiros derivativos		(5.042)
Variações monetárias moeda nacional	(38.086)	(13.729)
Outras despesas financeiras	(7.920)	(155)
	(308.619)	(94.066)
	(291.572)	(62.041)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****32 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos****(a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A Companhia apura mensalmente o imposto de renda e a contribuição social com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições e exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação.

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.720)	(27.896)
Perdas incorridas nas operações de <i>hedge</i> - Eliminação de efeito contábil - Despesa		5.042
Outras adições	33	105
PLR - Diretoria	1.583	1.530
Despesas registradas nas operações de <i>hedge</i> - Efeito caixa		18.631
Ganhos incorridos nas operações de <i>hedge</i> - Efeito caixa		(261)
Receitas registradas nas operações de <i>hedge</i> - Eliminação efeito contábil - Receita		(19.045)
Ajustes RTT- referente a despesas pré-operacionais que de acordo com os novos CPC's, são contabilizadas no resultado, entretanto fiscalmente tem seu efeito eliminado		6.154
Multas fiscais não dedutíveis	1.081	
Pagamento de uso do bem público	26.225	
Custos de transação de emissão de debêntures	(6.303)	
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(22.321)	
Amortização RTT - Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(1.288)	(346)
	(12.710)	(16.086)
IRPJ - 25%		
CSLL - 9%		
Encargo fiscal		

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e ajustes RTT, entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ajustes RTT		
Despesas pré-operacionais que de acordo com os novos CPC's, são contabilizadas no resultado, entretanto fiscalmente tem seu efeito eliminado		6.154
Custos de transação de emissão de debêntures	(6.303)	
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(22.321)	
Amortização do Uso do bem público	26.225	
Amortização RTT - Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(1.288)	(346)
	(3.687)	5.808
IRPJ - 25%	(922)	1.452
CSLL - 9%	(331)	523
Encargo fiscal	(1.253)	1.975

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Partes relacionadas

Relação com a Companhia	Saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro				Montante das transações nos exercícios findos em 31 de dezembro					
	Ativo		Passivo		Imobilizado		Receita		Despesa	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Circulante										
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Acionista da Controladora*	32.244	20.671	115	225		260.851	75.552		
CEMIG Distribuição S.A.	Acionista comum	5.462	301				28.645	301		
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum			42.842	93.504	593.978	518.779			
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Acionista comum			22.994	53.198	446.027	438.199			
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum			22.994	37.458	484.274	435.255			
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	Acionista da Controladora*			10.834	9.998					
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acionista da Controladora*			335	309					
Eletrobrás Furnas	Acionista da Controladora*			547	3.983				19.707	20.830
Não Circulante										
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Acionista comum	39.509	29.412							
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum	109.497	215.193	14.988	13.725					
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum	40.902	21	48	48					

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - O saldo registrado refere-se aos dois contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre celebrados em 19 de março de 2009, em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG de montantes variáveis durante grande parte do período de motorização da UHE Santo Antônio, sendo um contrato de 400 megawatts médios e outro de 250,4 megawatts médios, com prazo de vigência compreendido entre 1º de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2027.

CEMIG Distribuição S.A – O saldo refere-se ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da energia assegurada da UHE Santo Antônio. A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041. **Construtora Andrade Gutierrez S.A** - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Andrade Gutierrez S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. participam sendo responsáveis pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica.

Eletrobrás Furnas - A Companhia firmou com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Eletrobrás Furnas) contrato de Gerenciamento Fundiário, com vigor de 17 de dezembro de 2008 a 17 de dezembro de 2012, e um contrato de Serviço de Consultoria Relacionado à Gestão Ambiental na Implantação da UHE Santo Antônio, com vigência de 18 de setembro de 2009 a 18 de setembro de 2013.

Em 6 de dezembro de 2010, a Companhia firmou Contrato de Operação e Manutenção da UHE Santo Antônio com Eletrobrás Furnas, cuja vigência era de 2 de maio de 2011 a 2 de maio de 2021, o encerramento do contrato foi antecipado para 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Odebrecht Energia do Brasil S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Andrade Gutierrez Participações S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Remuneração dos administradores

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração	2.921	2.722
Participação em resultados	1.857	1.331
Benefícios diretos e indiretos	<u>226</u>	<u>213</u>
Total	<u><u>5.004</u></u>	<u><u>4.266</u></u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente para fazer face a eventuais sinistros e garantir a conclusão da construção e das operações da UHE Santo Antônio.

Modalidade	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Garantia	Garantia de obrigações públicas - ANEEL	07.03.2008 a 11.10.2016	162.500	20.227
Obras Cíveis - Construção, instalação e montagem	Risco de engenharia - <i>All Risks</i>	11.11.2008 a 03.11.2016	12.718.975	134.996
	Responsabilidade civil	11.11.2008 a 03.11.2016	10.000	
	ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais)	11.11.2008 a 03.11.2016	1.630.155	
	RE/ <i>All Risks</i> dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia	23.03.2011 a 30.11.2017	4.514.745	
Manutenção Garantia	Almoxarifado de materiais permanentes	26.09.2013 a 26.09.2014	52.506	58.630
Compreensivo Multirisco	RC Obras/Cruzada e empregador	06.04.2012 a 06.04.2015	60.000	558
Responsabilidade Civil - Obras - 2º Layer	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU	31.01.2010 a 31.12.2015	3.176.314	2.200
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU	31.01.2010 a 31.12.2015	USD 309.750	360
Transportes - Internacional	Danos a terceiros devido operações da UHE	23.03.2013 a 23.04.15	70.000	480
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15.08.2013 a 15.08.2014	70.000	133
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	Riscos operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina, materiais nele incorporados, edifícios e seus conteúdos	23.03.2013 a 23.03.2014	4.771.850	7.492
Riscos Operacionais				

35 Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

36 Eventos subsequentes

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 08 de janeiro de 2014, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do despacho nº 34, decidiu liberar a unidade geradora 23 da UHE Santo Antônio, de 73.290 kW de potência instalada, para início de operação comercial a partir de 09 de janeiro de 2014.

Em 09 de janeiro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM 480, bem como a submissão do respectivo pedido de registro à CVM e a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e respectivos suplentes.

Em 13 de janeiro de 2014, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do despacho nº 64, decidiu liberar as unidades geradoras 21 e 24 da UHE Santo Antônio, de 69.590 kW e 73.290 kW de potência instalada, respectivamente, para início de operação em teste a partir de 14 de janeiro de 2014.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5.